

DA ALDEIA GUARANI À CIDADE COLONIAL

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E AS MISSÕES JESUÍTICAS PLATINAS NAS FRENTE DE COLONIZAÇÃO IBÉRICA

ARNO ALVAREZ KERN Historiador e arqueólogo, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, aposentado) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Brasil. Pesquisador nível 1A do CNPq. aakern@puccrs.br. www.proprata.com

RESUMO Este é um estudo das aglomerações urbanas ibero-americanas coloniais fundadas por missionários no Rio da Prata, na transição das aldeias ao urbano, a partir de suas origens históricas indígenas e européias. Interpretar a transição das formas pré-urbanas às formas urbanas significa, antes de tudo, tentar compreender quando uma etnia e seus grupos sociais tornam-se sedentários e passam a se identificar em termos de uma identidade comunitária. A resposta a esta questão não é nada simples, nem para arqueólogos e nem para historiadores. Entretanto, existem indícios sobre o crescimento e o desenvolvimento destas novas aglomerações urbanas que podem ser obtidos na documentação histórica e na cultura material remanescente.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia urbana, missões coloniais

INTRODUÇÃO

Os povoados fundados pelos missionários jesuítas nas frentes de colonização dos portugueses e espanhóis no Rio da Prata devem ser compreendidos e explicados no contexto do panorama histórico do mundo da Idade Moderna. Devemos desenvolver uma análise mais ampla do fenômeno histórico das missões jesuíticas coloniais. As missões jesuíticas platinas foram instaladas junto às sociedades indígenas de horticultores, de aldeões ceramistas e produtores de milho e adaptados a ambientes extra-tropicais. O objetivo deste estudo é a reconstituição do processo de transformações históricas que levaram à fundação dos povoados missioneiros – futuras cidades européias – nestes grandes espaços do continente sul-americano. Os processos de colonização deram origem a fronteiras políticas entre os territórios coloniais de Portugal e da Espanha, gerando situações de tensão bélica que terminaram por repercutir no contexto histórico das missões dos jesuítas e dos indígenas guaranis.

A pesquisa histórica nos oportuniza muitas informações e evita que caiamos nas visões idílicas ou maniqueístas, e sem maior profundidade, propostas por filmes recentes, destinados ao grande público¹ e que se referem às missões do Rio da Prata e do Canadá. Estes filmes,

apesar da beleza plástica, tendem a representar os ameríndios de maneira menos simplista e um tanto maniqueísta, como se a conquista espiritual das almas realizada pelos “soldados de Cristo” não tivesse nenhuma relação com os demais aspectos das sociedades coloniais européias.

Quando estudamos e comparamos os povoados fundados por missionários jesuítas lusos e espanhóis na América do Sul, percebemos alguns elementos semelhantes em seus territórios e sistemas hidrográficos, a exploração dos recursos naturais, o clima, bem como na participação dos grupos étnicos tupis-guaranis que decidiram permitir a entrada dos missionários em suas aldeias.

OS TERRITÓRIOS E AS PAISAGENS

Duas grandes bacias marcam o continente sul-americano, formadas por rios que se voltam para o mundo tropical (Amazonas) e inter-tropical (Rio da Prata). Oriundos desta imensa bacia amazônica, entre 500 e 1000 d.C., grupos indígenas formados por etnias guaranis e tupis migraram e colonizaram imensas áreas, instalando um novo modo de vida baseado em aldeias semi-sedentárias e na horticultura de plantas tropicais. Os grupos tupis haviam se instalado no litoral tropical do Brasil, quando ali chegaram os primeiros exploradores portugueses. Os grupos étnicos de guaranis deslocaram-se pelo interior da América meridional,

1. Refiro-me aos filmes “O hábito negro” de Beresford e “A Missão” (The mission) de Joffé.

até finalmente se instalar em uma importante rede hidrográfica, formada pelas águas portentosas dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai, onde os primeiros exploradores espanhóis os encontraram.

No litoral do Brasil e na grande bacia do Rio da Prata, portanto, grupos de aldeões horticultores, produtores de milho, formaram conjuntos étnicos importantes que deram sustentação às frentes de colonização dos países ibéricos a partir do século XVI. Eles foram os protagonistas do que os arqueólogos convencionaram denominar de “processo de neolitização”. A partir de 1,500 d.C., eles seriam também protagonistas do “processo de urbanização”, gerado pelas colonizações portuguesa e espanhola, quando cidades novas foram fundadas com o apoio explícito das aldeias de horticultores tupi-guaranis, nos inícios da Idade Moderna.

O objeto de nosso estudo localiza-se na imensa bacia do Rio da Prata, nesta que é uma das maiores regiões uma das mais povoadas, já na pré-história. A extensão de suas vias de navegação sempre significou facilidade de comunicações, ou seja, uma grande vantagem para os processos de colonização européia e fácil penetração para o interior do continente sul-americano.

No clima tropical e subtropical da costa atlântica da América meridional, o sol é abundante durante todo o ano, o que facilita a possibilidade de plantio para muitas espécies de alimentos, inclusive para os já domesticados pelas populações indígenas. Plantas tropicais de origem amazônica terão mais facilidades de adaptação ao calor tropical (como a mandioca e o algodão) e dificuldades de se adaptar ao frio do inverno subtropical do rio da Prata. O mesmo não ocorre com o milho, produzido como uma alimentação básica tanto pelos tupis como pelos guaranis. Ele apresenta facilidade de expansão também nos climas subtropicais e será o alimento básico nas aldeias guaranis. Se o arroz representou a base da economia da Ásia e o trigo foi o cereal fundamental no oriente Médio e na Europa, temos que reconhecer a importância do milho (*Zea mays*) para a América, desde a bacia do rio da Prata até o vale do São Lourenço, no nordeste do Canadá. Nos invernos das alturas do Planalto Brasileiro meridional, os dias de frio intenso e a limitação da insolação em solo frio, são fatores limitantes em relação à produção da variedade de plantas tropicais trazidas da Amazônia. Serão evitados pelos grupos étnicos guaranis, que buscaram sempre as paisagens tropicais dos rios com margens inundáveis, banhadas de sol, que lembram o ambiente tropical de origem.

As descrições dos primeiros exploradores portugueses e espanhóis, bem como dos missionários (jesuítas e franciscanos) destacaram sempre a flora e a fauna, e fizeram referência às potencialidades dos abundantes

recursos naturais da região. Mesmo que muitas espécies da fauna e da flora tenham desaparecido devido à exploração intensa, podemos encontrar vestígios do ambiente e destes recursos nas escavações arqueológicas e nos estudos sobre os restos de alimentação. As imensas planícies do pampa, as águas e as margens férteis dos vales dos imensos rios, as vastas florestas tropicais e as subtropicais com coníferas (araucária), abrigavam uma riqueza incomensurável em recursos florísticos e faunísticos. Não para a exportação pelas rotas internacionais do mercantilismo da época, mas principalmente para servir de base à colonização de povoamento posta em prática pelos europeus que chegavam.

Durante mais de dois séculos (XVII e XVIII), as riquezas locais e os elementos trazidos de outras terras, serviram para atender os mercados externos e igualmente para alimentar o mercado interno. No Brasil tropical, o açúcar foi a mais lucrativa das atividades de exportação das companhias de comércio. Milhares de toneladas foram produzidas nos engenhos e exportadas. Os couros do gado podiam também ser muito rentáveis, para as indústrias do couro. Até praticamente desaparecer, o pau-brasil foi trocado junto aos indígenas por vestimentas, armas, pólvora e bebidas. Entretanto, a região do rio da Prata não tinha produtos rentáveis para gerar lucros nas rotas internacionais. A erva-mate, por exemplo, atendia ao consumo das populações do Rio da Prata e jamais foi exportada. O gado introduzido pelos portugueses e pelos espanhóis, criados em imensas fazendas pampianas (as vacarias), tinha como objetivo atender às necessidades locais (transporte e alimentação), mas principalmente sustentar a produção das minas (prata no Potosi espanhol e as Minas Gerais brasileiras). Da região platina, imensas tropas de gado rumaram para as áreas mineradoras ao norte, guiadas por tropeiros gaúchos que eram em sua maioria descendentes dos guaranis amazônicos, em grande parte já miscigenados.

DO PRÉ-URBANO AO URBANO: A EMERGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES MISSIONEIRAS E DE SEUS TERRITÓRIOS

Interpretar a transição das formas pré-urbanas às formas urbanas significa, antes de tudo, tentar compreender quando uma etnia e seus grupos sociais tornam-se sedentários e passam a se identificar em termos de uma identidade comunitária. A resposta a esta questão não é nada simples, nem para arqueólogos e nem para historiadores. Entretanto, existem alguns indícios sobre o crescimento populacional e o desenvolvimento des-

tas novas aglomerações urbanas que podem ser obtidos na documentação histórica e na cultura material remanescente.

A arqueologia nos permite observar uma série de evidências, por exemplo, a ampliação do número de sítios arqueológicos históricos em uma região e, em cada um deles, o maior número de edifícios públicos e religiosos, de restos de habitações e de fossas de detritos, de utensílios metálicos forjados e de recipientes cerâmicos feitos no torno de oleiro. A arqueologia do espaço, nestes sítios, nos permite perceber não apenas edificações mais estáveis, mas também novas formas de organização: torres, muralhas, templos ou igrejas, palácios, espaços públicos e oficinas artesanais, por exemplo.

A documentação escrita de época nos permite perceber menções a, por exemplo, confrarias religiosas, atividades artesanais, regulamentos administrativos, levantamento de habitantes ou de casas para o pagamento de impostos, etc.

Todas estas inovações e modificações são extremamente importantes, sem dúvida. Entretanto, não podemos ignorar que nas etapas iniciais os ambientes rurais ainda predominam. As aglomerações urbanas, cidades ainda em gestação, deverão durante muito tempo ser uma minoria em meio a sociedades rurais. Alguns dos exemplos típicos são os povoados e cidades nascidos das aventuras coloniais e dos conflitos militares: as cidades novas greco-romanas, as bastides medievais, muitas aldeias do novo mundo.

A conquista européia da região do Rio da Prata, durante o período colonial, foi realizada em um primeiro momento, pelos “conquistadores” do século 16. Dentre as conseqüências desta conquista, podemos destacar a guerra e o etnocídio de milhares de índios, a fuga das etnias indígenas para territórios longínquos, a escravidão e a integração étnica, a aculturação forçada ou espontânea. Pode-se ver nas iconografias da época a guerra entre as etnias indígenas aumentar de intensidade devido às alianças com os espanhóis e os portugueses. Muitas das primeiras cidades foram destruídas e se transformaram em ruínas. São hoje sítios arqueológicos à espera das pesquisas que novamente lhes darão vida e colorido.

Após os primeiros confrontos da conquista, uma intensa integração étnica deu origem à população colonial. Os indígenas e seus descendentes continuam a ser, neste período, os produtores da alimentação: caça, pesca, coleta e horticultura. Continuam a ser os artesãos da pedra, da cerâmica, do couro, do osso e agora também do metal. Eles se transformam igualmente na mão de obra dos estabelecimentos rurais, trabalhando na agricultura e na pecuária. Aos milhares,

os indígenas e seus filhos mestiços, serão os habitantes e os trabalhadores da nova sociedade colonial. Fala-se, certamente, o espanhol e o português nesta imensa área. Entretanto, o tupi-guarani é a língua mais difundida.

Do século 17 ao século 18, toda a região conhece intensas transformações sócio culturais. As novas condições gerais da sociedade e da economia, bem como o afastamento dos centros de decisão política, favorecem o aparecimento de um novo tipo de sociedade e de homens. A curva demográfica é ascendente, as populações européias, indígenas e os mestiços provenientes das relações interétnicas, se multiplicam. Muitos indígenas, e entre eles os Guaranis, passam a fazer parte da população que habita Buenos Aires (onde está sendo construído o Cabildo no século 18 pelo arquiteto jesuíta Primoli), Assunção, Montevidéu, São Paulo e mesmo de cidades mais afastadas, como é o caso de São Salvador da Bahia (onde os jesuítas construíram também a sua igreja).

Uma segunda forma de ocupação do território platino é a da conquista pela cruz. Tanto a antiga ordem dos missionários franciscanos de hábito cinza, fundada na Idade Média, como os jesuítas de hábito negro, fundada por São Inácio de Loyola, realizam uma “conquista espiritual” bem organizada e expandem os limites políticos dos impérios ibéricos durante o século 17, na região platina (Kern, 1992, p. 46-49). Estes missionários são os responsáveis pela ação missionária entre os Guaranis e são desta época as Missões Jesuítico-Guaranis. Elas conhecem, ao longo dos séculos 17 e 18, um grande progresso material e se transformam pequenas cidades muito ativas. A dinâmica deste desenvolvimento não é mais personificada nos conquistadores e os seus canhões, mas na igreja e na cruz dos seus missionários.

A América colonial dos jesuítas e dos indígenas guaranis, nesta época que estudamos, não é a da escravidão e do genocídio indígenas. Nestes povoados missioneiros encontramos desde o fim do século 17 aos meados do século 18, uma das épocas históricas das mais fecundas, de intensas atividades tecnológicas e de progresso material. Ela permaneceu durante muito tempo ignorada, por terem muitos intelectuais e historiadores desdenhado as fontes materiais e iconográficas desta época.

As pesquisas desenvolvidas nos quadros do projeto em andamento, tanto arqueológicas como nos arquivos de documentos escritos e na iconografia de época, nos permitem muito bem analisar o processo de implantação dos “Pueblos de Índios”, estas aldeias novas fundadas para a instalação dos indígenas guaranis nas fronteiras dos impérios português e espanhol do rio da

Prata. Recentemente, elas levaram à descoberta de um novo desenho policromo, do sítio arqueológico de São João Batista².

A análise da morfologia e do plano urbano destes “Pueblos de Índios” coloniais, relacionado às práticas sociais, as mentalidades urbanas e aos aspectos simbólicos subjacentes, é tarefa extremamente difícil. E exige uma abordagem complexa de confrontação entre os dados provenientes de diversas fontes primárias (iconográficas, da cultura material e escritas), mas igualmente da bibliografia especializada existente (Harouel, 1995, p. 3; Haubert, 1967; Kern, 1994).

No século 18, Charlevoix (1756) escreveu que os jesuítas haviam estabelecido planos completos, aprovados pelos reis da Espanha, sugerindo que eles seriam uma criação exclusiva. Mais recentemente se afirmou que todos os planos urbanos destes povoados missionários eram não apenas semelhantes uns aos outros, como nas obras literárias utópicas, mas igualmente uma unidade urbana e rural planejada com rigor, onde predominaria a propriedade coletiva³.

Estas interpretações, pela sua superficialidade, não se dão conta da complexa herança histórica, ao mesmo tempo ameríndia e europeia, materializada nestes importantes sítios arqueológicos. Sempre se afirmou que os planos urbanos destes povoados seguiram as famosas “Ordenações” dos reis portugueses ou as “Leyes de Indias” dos espanhóis. Entretanto, mesmo se esta afirmação muito geral e superficial é uma verdade histórica, ele não esgota e nem resolve plenamente o problema. Uma análise mais aprofundada nos evidencia as relações muito estreitas com os modelos estabelecidos por duas fortes tradições culturais, a europeia e a indígena. Este plano urbano nos evidencia uma série de padrões relacionados às normas milenares materializadas nas aldeias dos horticultores da floresta tropical e subtropical, e as planificações urbanas inovadoras do Renascimento. Entretanto, o que deveremos destacar neste trabalho, são as semelhanças e as diferenças existentes entre as Missões Jesuítico-Guaranis e as experiências dos indígenas guaranis de origem amazônica e as dos missionários jesuítas, herdeiros da cultura dos mosteiros medievais.

As normas relativas ao plano urbano não apenas impõem mas igualmente propõem uma relação das es-

truturas materiais observadas, tanto nos levantamentos topográficos realizados no sítio arqueológico como no estudo da iconografia descoberta, com o seu contexto, seja ele natural ou social⁴.

Não serão desenvolvidas aqui as relações entre o sítio urbano e o cenário, o espaço ambiental, publicadas em outra pesquisa do projeto⁵. Nossa análise se desenvolverá na reconstituição das relações que nos evidenciam os ritmos e as formas da vida social e da cultura, tanto dos seus aspectos materiais como simbólicos.

Durante a primeira etapa histórica das incipientes missões, percebe-se que o plano urbano já se articula em torno de uma praça central e da igreja. A distribuição das estruturas já é muito precisa e ordenada, mas é fortemente marcada pela sua semelhança com a estrutura das aldeias tupi-guarani (a ocará). Entretanto, não é ainda tão complexa como posteriormente. Um exemplo deste primeiro ordenamento pode ser constatado em um documento de 1613, escrito por Roque Gonzales (Meliá, 1978, p. 157-167), que descreve a implantação de um dos primeiros povoados construídos no Tape, no atual Rio Grande do Sul. Esta fundação de inícios do século 17 refere-se ao espaço da praça central, à igreja e à organização das casas retangulares em conjuntos ao redor do espaço central.

Poderíamos pensar inicialmente, que este novo urbanismo se deve tão somente às “Leyes de Indias”. Com efeito, desde o século 16 os soberanos espanhóis tornaram explícitas em leis as normas que devem organizar as novas cidades coloniais. A cidade deve ser projetada, as ruas e os quarteirões de casas deverão ser traçadas “com régua e corda”, caracterizando-se por serem inteiramente regulares e geométricas (Harouel, 1995, p. 81).

No decorrer do século 18, período do auge destes povoados, percebe-se que o plano evidencia uma longa reflexão. São mantidos muitos dos aspectos formais que tiveram sucesso e foram satisfatórios no passado. Entretanto, o plano é completado, sempre tendo em vista a sua coerência. Percebe-se que o complexo conjunto está agora perfeitamente estruturado, nada ocorrendo por acaso. Poderíamos concluir, afirmando que estamos em presença de um modelo que traz consigo uma

2. As pesquisas realizadas pelo projeto Pro-Prata (www.proprata.com) na Seção de Mapas e Planos, da Biblioteca Nacional de Paris, França, em 1995.

3. A citação se refere ao plano como sendo fruto de um projeto original de implantação de uma nova forma de sociedade, denominada por alguns como “socialismo ou comunismo missionário”. A crítica a este tipo de análise pode ser encontrada em: Mörner, Magnus. *The political and economic activities of the Jesuits in the La Plata region*. Estocolmo: Liv. Instit. Estudos Iberoamericanos, 1953, p. 196. Kern, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*, Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1982.

4. Segundo Ian Hodder, uma análise contextual arqueológica pode ser assim caracterizada: “Numa primeira abordagem, o contexto a ser analisado se refere tanto ao contexto ambiental como ao das sociedades presentes na área em estudos. Numa segunda abordagem, o contexto se refere tanto aos aspectos arqueológicos da cultura material quanto aos seus significados simbólicos”, Hodder, Ian. *Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 118-46. Kern, Arno Alvarez. *Arqueologia Histórica Missionária*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998, p. 194.

5. Estes aspectos da arqueologia espacial podem ser obtidos em Barcelos, Arthur F. *Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 408.

exigência absoluta, sem deixar de evidenciar, entretanto, que é um modelo que admite contínuas transformações. Trata-se de dar bases a uma renovação sobre uma continuidade.

O Padre jesuíta Antônio Sepp, o fundador de São João Batista nos dá uma idéia das preocupações de sua época com a adoção de um plano para o povoado⁶.

A implantação da Missão implica no domínio sobre um determinado território. Na Idade Média, as terras de uma abadia eram concedidas pelos senhores detentores dos feudos. Muitos séculos depois, na América colonial platina, são os governadores de Buenos Aires e de Assunção que concedem as terras para os "Pueblos de Índios".

A escolha do local para instalação do povoado missionário exige um extenso e profundo conhecimento sobre os complexos mosaicos das diversas paisagens que compõem a região. As florestas são necessárias para o plantio da horticultura indígena e para as atividades de agricultura européia com o arado. Os campos servem para a reprodução dos rebanhos de gado e as manadas de cavalos. Exige também uma criteriosa escolha do local em função das necessidades de água para o povoado. Há uma lógica da água relacionada à vida comunitária: captação nas fontes de pedra trabalhada, canalização em direção às oficinas artesanais e à cozinha, contenção em açudes, irrigação da quinta e limpeza das latrinas, etc. O sítio deve ter de águas abundantes, mesmo em períodos de seca prolongada. Este conhecimento, apenas os indígenas guaranis possuíam. São diversos os sítios escolhidos, ora à beira do rio Uruguai, ora no cimo de colinas que se erguem suavemente até quase trezentos metros de altura, como é o caso de São João Batista. Este povoado nos evidencia o padrão das reduções localizadas no atual território do Rio Grande do Sul. Ele está instalado sobre uma suave coxilha. O relevo é uma plataforma que se inclina suavemente pelas encostas da colina. Muitas vezes a topografia exerce algumas restrições, como no caso de São João, obrigando a adaptação das estruturas às formas dinâmicas do relevo.

O cenário escolhido está diretamente relacionado à concepção de urbanismo vigente no século XVII. Limita-se o tamanho do núcleo urbano, ou seja, recusa-se a gigantismo das cidades (Harouel, 1995, p. 47-49). Os

motivos são muitos: dificuldades de obtenção de provisões, de manutenção de uma boa administração, etc. Todo o conjunto se ordena em torno da praça central (plaza mayor) e ao longo de um eixo que se prolonga da entrada do povoado, atravessando a praça e acompanhando a linha de maior extensão da igreja. O conjunto se ordena simbolicamente, pois o eixo separa o povoado em duas partes. A leste percebemos todos os dias o nascer do sol e a reinstalação das condições propícias à vida. A oeste, podemos observar o por do sol e a gradual expansão das trevas da noite. Tanto pela manhã como pela tarde, o sol – fonte da vida – estará sempre iluminando o interior da igreja, pelas suas aberturas laterais.

Não existem muralhas. Muitos burgos, os castelos e as fortificações européias tinham muralhas. O mesmo acontecia com as cidades da América colonial, construídas em função dos fortes portugueses e espanhóis, como podemos observar em Buenos Aires, Montevideu, Colônia de Sacramento, etc. Nas Missões, a defesa não é feita por muralhas de pedra e elas não existem, quer nos levantamentos topográficos, quer na documentação iconográfica. Existe apenas um longo muro em torno da quinta, destinado mais a proteger as raras espécies européias ali plantadas, do gado e dos animais selvagens. A defesa do conjunto é propiciada pelas tropas e a cavalaria da milícia indígena. A mobilidade da infantaria e da cavalaria é propiciada pelas ruas largas, conforme as novas normas militares da Idade Moderna, as recomendações das Leis das Índias e o novo plano urbano moderno, criado pelo renascimento. Os novos ideais urbanos e os novos imperativos da circulação, exigem no século 17 ruas largas e retas, destinadas a facilitar as comunicações entre os diferentes setores do povoado e entre as edificações (Harouel, 1995, p. 49).

Poderíamos nos perguntar se não é paradoxal que a Missão, que se propõe à cristianização, à oração e à paz, seja obrigada a se armar e a ter tropas? As tropas da milícia indígena (normalmente) e as do exército espanhol (raramente), não são apenas a defesa móvel do povoado. Apesar de ter sido criada para a defesa dos territórios coloniais espanhóis platinos contra as investidas bandeirantes, desempenham uma função de ataque sempre que necessário. Os padres jesuítas não são apenas os seus párocos e novos pajés, mas treinam esta milícia indígena como soldados. Eles a acompanham quando em marcha contra os inimigos.

São as milícias indígenas que controlam as idas e as vindas dos visitantes estrangeiros à vida no povoado, e que podem afastar os neófitos dos verdadeiros objetivos de suas vidas, traçados pelos missionários jesuítas: a salvação de suas almas e a união com Deus. Este

6. "Yo quería evitar estos y otros errores y trazar mi pueblo metódicamente, según las reglas del urbanismo. La primera condición con la cual debía cumplir fue la medición y el amonjonamiento de los terrenos para la construcción de las casas con el cordel del agrimensor. Tuve que asignar a cada grupo de casas el mismo número de pies a lo largo y a lo ancho como a los otros. En el centro debía alinear la plaza, dominada por la iglesia y la casa del párroco. De aquí debían salir todas las calles, siempre equidistantes una de la otra. Una buena distribución en este sentido significaba una ventaja extraordinaria y, al mismo tiempo, el mejor adorno para el pueblo" Sepp, 1973. p. 223.

controle impede a introdução de informações perniciosas, de distrações e de epidemias, doenças para o corpo e para a alma. Este papel de isolamento e proteção era desempenhado, nas origens da Idade Média, pelas muralhas que envolviam os mosteiros medievais, protegendo os monges dos contatos externos, fossem eles fraternais ou belicosos. As normas espanholas, no caso das Missões limitava a uma curta temporada de três dias a permanência de estranhos no território do povoado missioneiro. Os neófitos guaranis deveriam permanecer no povoado, como os monges permaneciam no mosteiro medieval. Ele era uma proteção contra os malefícios do contato com o mundo dos brancos. Esta proteção é garantida e ampliada pelo regime econômico de autarquia e auto-suficiência do povoado, pois nele se produz tudo o que é necessário à vida da comunidade. Os beneditinos já salientavam, nas suas regras para os mosteiros medievais, que o controle dos contatos dos neófitos com o mundo exterior era um dos instrumentos das boas obras e que eles deveriam, para isto, "... afastar-se das maneiras do século", segundo o capítulo IV da regra (Bouttier, 1995, p. 23-56):

Desde a Antigüidade, a planificação urbana está sempre associada aos projetos de fundação das cidades novas, sobretudo nas colônias gregas e romanas. Um fenômeno semelhante deu nascimento, no mundo romano, aos acampamentos militares (castrum). Eles são muitas vezes o plano que dá origem a muitas cidades que guardaram o seu na sua fisionomia de cidade as orientações gerais deste projeto militar de organização do espaço.

Mesmo na Idade Média, nas fronteiras do sul da França, cidades novas ali fundadas com o nome de Bastides, tiveram o seu plano urbano planejado. A regularidade do plano contrasta com a irregularidade do tecido urbano das cidades medievais tradicionais. Estas experiências foram o ponto de partida para os planejamentos urbanos racionais que foram elaborados no Renascimento e que foram sugeridos nas "Leyes de Indias".

Em toda a Europa, milhares de mosteiros deram origem à ocupação de novos territórios, "no deserto", como se dizia nesta época. Elas forma muitas vezes o núcleo central de uma nova experiência urbana. E deram origem a novas cidades, como ocorreu na época colonial na América colonial. Construir a ordem nesta nova cidade ibero indígena, significa também a organização de um nova sociedade. Afirmou-se nesta época que a cristianização do índio deveria estar integrada à sua redução à polis, ou seja, à vida da cidade.

Franciscanos, dominicanos e jesuítas fazem parte das últimas ordens religiosas fundadas, profundamente

ligadas ao desenvolvimento das cidades do final da Idade Média e do Renascimento. Nos burgos da Europa, estas ordens vivem a era das catedrais e das universidades, dedicando-se à pregação e à educação. Entretanto, ao partirem para a América e ao se instalarem junto aos grupos indígenas nas fronteiras do mundo civilizado, necessitaram dos modelos rurais de implantação do cristianismo. Passaram a se guiar em parte, portanto, pela experiência monacal, sobretudo a beneditina. Passaram a seguir algumas das linhas gerais dos traçados dos mosteiros beneditinos medievais, adaptando-os aos "Pueblos de Índios" americanos, fundados igualmente "no deserto" do mundo pagão. Os planos geométricos e racionais das missões jesuítico-guaranis, guardam a idéia de ordem e de centralização social em torno da igreja, como já o previra o "plano beneditino" medieval. Este plano monacal prece uma série de construções, de volumes integrados entre si e que interagem num grande conjunto.

Podemos tentar algumas aproximações, entre a organização dos mosteiros e de certos setores da missão colonial, como hipótese de trabalho. Entretanto, é necessário esclarecer sempre que o modelo urbano aqui aplicado não se resume a um sonho de vida isolada em um mosteiro, mas na definição de relações institucionais entre todos os integrantes deste microcosmos, sejam padres ou leigos, jesuítas ou guaranis.

Por outro lado, não podemos igualmente esquecer a série de ideais urbanos modernos que a partir do século 17 se materializaram nestes povoados: o alinhamento das ruas e a regularidade das fachadas.. A cidade deve ser pensada como uma decoração teatral, onde o essencial são as fachadas e a aparência. Quando penetramos em um povoado missioneiro, por uma larga rua, percebemos a perspectiva monumental que forma com as duas capelas situadas na entrada da praça e, ao fundo, o conjunto formado pela fachada da igreja e as duas portas instaladas frente ao claustro e ao cemitério. Esta perspectiva monumental não deve nada à Idade Média, mas é uma nova idéia de urbanismo da Idade Moderna. O povoado, para ser belo, necessita corresponder a uma figura geométrica (Harouel, 1995, p. 53).

CONCLUSÕES

As sociedades urbanas do passado nos deixaram um rico e variado legado cultural. Não se trata apenas de estruturas arquitetônicas remanescentes ou de uma rede viária urbana. As comunidades citadinas do passado nos deixaram como herança igualmente um modo-de-ser urbano, com suas características estruturas sociais e um sistema de valores morais e ideológicos

(Roux, 2004, p. 190). Ser um cidadão e viver em uma cidade, no passado da história ocidental foi ter o sentimento de pertencer a uma comunidade e de se sentir, de uma certa maneira associado aos assuntos políticos. Ser cidadão sempre foi, também, estar envolvido com tudo o que é feito ou dito no âmbito da cidade e poder afirmar a sua participação e a sua responsabilidade. Se pensarmos bem, ainda hoje isto é ser um cidadão (Lonis, 2003, p. 191).

Nos povoados missionários, podemos perceber a racionalidade dos planos urbanos que nos são conhecidos desde a Antiguidade até o Renascimento. É necessário reconhecer, igualmente, as origens medievais de uma parcela deste plano urbano, a partir do plano-tipo das abadias beneditinas. E, além disto, nós podemos ali observar também a permanência dos hábitos sociais dos Guarani, nas casas comunais independentes que abrigam as famílias extensas, como nas aldeias neolíticas tradicionais no continente sul-americano.

Com certeza, a visão de regularidade e de simetria do conjunto do povoado, nos faz lembrar uma ordem perfeita e definitiva. As ruas se estendem em linhas retas e paralelas, entrecortando-se em ângulos retos. A igreja ocupa o lugar central da praça e sua fachada compõe um cenário extraordinário que se completa com as portas e arcadas em face do claustro e do cemitério. A igreja está centralizada em relação ao claustro e pelas oficinas artesanais, por um lado, e pelo cemitério e o cotiguaçu, por outro. No centro do povoado, a "plaza mayor", orgulho das cidades do renascimento na Espanha, está cercada de casas (ocas) dos Guarani, isoladas umas das outras à maneira amazônica. Mesmo que os jesuítas tenham em sua residência aposentos privativos, assim como os indígenas dispõem de suas casas, missionários e neófitos terminam por se encontrar nos grandes espaços de uso comunitário do povoado, principalmente na praça e na igreja.

Trata-se de um conjunto de construções ao mesmo tempo funcionais e despojadas, constituídas de materiais tangíveis e com base em um módulo humano de

neófitos guaranis. Seu objetivo, entretanto, é "civilizar" e "cristianizar". Procura conduzir os indígenas guaranis à transcendência divina, sem esquecer, entretanto, as dificuldades do mundo e os interesses geopolíticos da conquista ibérica do Rio da Prata.

A releitura que pode ser feita, tanto a partir das informações iconográficas, como das observações *in situ*, é agora mais clara. O povoado se materializa como uma síntese cultural de influências não apenas européias e indígenas, mas igualmente medieval, moderna e indígena.

Mesmo que estes povoados missionários contemham apenas uma sociedade restrita, limitada a alguns missionários e dezenas de famílias guaranis, esta sociedade é um verdadeiro microcosmo humano que resume a diversidade e a complexidade do mundo e da humanidade.

As possibilidades de analisar e interpretar os importantes processos de longa duração desta região platina se viabilizam a partir dos dados que tanto a arqueologia como a história nos fornecem. Partindo do estudo da dinâmica das interações sócio-culturais destes povoados missionários, bem como da sua persistência no tempo histórico, podemos analisar as ações e as reações que caracterizam este complexo processo de desenvolvimento. No imenso cenário da região missionária, do Guairá ao Tape, de Assunção a Buenos Aires, as sociedades européias e indígenas se encontram e se confrontam, em complexas relações interétnicas. Podemos observar, no lento mas dinâmico passar do tempo histórico, a emergência de uma síntese cultural complexa, na qual a persistência do modo de vida do Guarani não é menos importante do que as tradições ibéricas da Idade Média e as novas manifestações da era moderna.

"E, mais uma vez, nós – historiadores e arqueólogos – somos surpreendidos com a riqueza dos novos panoramas desta nossa história, sempre nova e sempre renovada" (Kern, 1998, p. 150).

BIBLIOGRAFIA

- BARCELOS, A. F. (2000) – *Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- BOUTTIER, M. (1995) – *Monastères. Des pierres pour la prière*. Paris, Declée de Brouwer.
- CHARLEVOIX, P. (1756) – *Histoire du Paraguay*. Paris: Didot.
- HAUBERT, M. (1967) – *Des indiens et des jésuites du Paraguay au temps des missions*. Paris: Hachette.
- HAROUËL, J. (1995) – *Histoire de l'urbanisme*. Paris: Presses Universitaires de France.
- HODDER, I. (1986) – *Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KERN, A. A. (1982) – *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto.
- KERN, A. A. (1991) – Sociedade barroca e Missões Guaranis: do confronto à complementaridade. *Actas (I Congresso Internacional do Barroco*, Universidade do Porto, Portugal).
- KERN, A. A. (1992) – Les Missions Jésuites des Guaranis. *Les Dossiers d'Archéologie* (Paris, França) 169, p. 46-9.
- KERN, A. A. (1994) – *Utopias e missões jesuíticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- KERN, A. A. (1998) – Análise do plano urbano das Missões jesuítico-Guaranis. *Anais VI Jornadas Internacionais sobre as missões jesuíticas* (UNIOESTE).
- KERN, A. A. (1998) – *Arqueologia Histórica Missioneira*. Porto Alegre: Editora da PUCRS.
- LONIS, R. (2003) – *La cité dans le monde grec*. Paris : Nathan Université.
- MELIÁ, B. (1978) – Las reducciones jesuíticas del Paraguay: un espacio para una utopia colonial. *Estudios Paraguayos* 6 (1), p. 157-67.
- MÖRNER, M. (1953) – *The political and economic activities of the Jesuits in the La Plata region*. Estocolmo: Liv. Instit. Estudos Iberoamericanos.
- MORRIS, A. E. J. (1984) – *História de la forma urbana. Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- ROCHE, D. (1990) – *Cidade*. In: LE GOFF, J. CHARTIER e REVEL, J. *A nova história*. Coimbra: Editora Almedina.
- ROUX, S. (2004) – *Le monde des villes au Moyen Âge*. Paris: Hachette.
- SEPP, A. (1973) – *Continuación de las labores apostólicas*. Buenos Aires: EUDEBA.